Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 30 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.213
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS 249

O PODER TRANSFORMADOR DO VOTO

O Brasil tem pressa em querer arrumar a casa. Por Paulo Alonso, **página 2**

DENÚNCIA NA IGREJA PORTUGUESA

Alto funcionário do Governo do Timor teria sido molestado. Por Bayard Boiteux, **página 3**

TSE PROMETE APURAÇÃO RECORDE

Resultado deverá ser divulgado antes das 19h de domingo. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Renúncia fiscal aumenta R$ 85 bilhões no ano que vem

Benefícios tributários também sobem: 20% mais

Na contramão do discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, as renúncias de impostos concedidos pela União a parcelas da sociedade devem chegar a R$ 456 bilhões em 2023, ou 4,29% do Produto Interno Bruto (PIB). O total é um pouco superior ao que o governo gasta anualmente com o pagamento de pessoal, informou nesta quinta-feira a agência Câmara.

Em 2022, a lei orçamentária enviada pelo governo estimava em R$ 371,1 bilhões, ou 3,95% do PIB, o valor das isenções fiscais concedidas, de acordo com a Agência Senado.

Tramita na Câmara projeto de lei do Executivo (PL 3203/21) que busca planejar a redução das renúncias fiscais. Já o projeto que reforma a legislação do Imposto de Renda (PL 2337/21) também tem o objetivo de reduzir os incentivos relacionados ao tributo em R$ 15 bilhões. Ele já foi aprovado na Câmara e aguarda análise do Senado.

Nota técnica das Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado sobre o Orçamento de 2023 (PLN 32/22) mostra que a proposta está distante da meta da emenda constitucional 109, que determina a redução dos incentivos para 2% do PIB até 2028.

Além das renúncias, o Orçamento de 2023 prevê benefícios tributários e creditícios no valor de R$ 130 bilhões, um aumento de 20,5% em relação ao total para 2022. A nota destaca ainda que mais de 60% das renúncias e benefícios estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste, o que também estaria fora do objetivo constitucional de redução das desigualdades regionais.

Os maiores benefícios tributários estão no Simples Nacional e Zona Franca de Manaus; mas estes dois setores estão fora da obrigatoriedade de redução por definição da própria emenda constitucional.

Sem investimentos em inovação, Brasil está 11 anos atrasado

País está no 54º lugar, mas foi 47º em 2011

O Brasil ganhou três posições no Índice Global de Inovação (IGI) na comparação com 2021 e agora está no 54º lugar no ranking que abrange 132 países. A melhora da colocação, no entanto, não significa que o país esteja bem na agenda de inovação, uma vez que os investimentos na área têm caído a cada ano, e a posição brasileira está sete casas abaixo da melhor marca atingida – o 47º lugar em 2011.

Os dez países mais bem colocados: Suíça, Estados Unidos, Suécia, Reino Unido, Holanda, Coreia do Sul, Singapura, Alemanha, Finlândia e Dinamarca. A classificação é divulgada anualmente, desde 2007, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e o apoio, no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na avaliação da CNI, embora o Brasil tenha caído no ranking de "insumos de inovação" (um dos 2 subíndices), tendo piorado duas posições (de 56º, em 2021, para 58º em 2022), o país subiu seis posições no ranking de resultados de inovação (59º para 53º), o que explica a melhora no ranking geral. "Isso quer dizer que, em relação aos investimentos em inovação, o Brasil piorou. Entretanto, é como se os agentes do ecossistema brasileiro tivessem feito mais com menos e obtido melhores resultados, apesar da queda nos insumos/investimento", afirma Gianna Sagazio, diretora de inovação da CNI.

"Se houvesse investimentos perenes em inovação, o que não acontece, o Brasil poderia ser uma potência em inovação", alerta a diretora de Inovação da CNI. Na avaliação da entidade, a falta de uma política pública consolidada para a inovação gera insegurança e atrasos ao setor.

Um dos exemplos é a edição da Medida Provisória 1.136, de 29 de agosto de 2022, que limita o uso de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento à inovação do país. A MP fixa que o FNDCT poderá aplicar somente R$ 5,555 bilhões em 2022, ou seja, cerca de R$ 3,5 bilhões a menos do inicialmente previsto. A partir do ano que vem, a medida estabelece uma porcentagem de aplicação que chegará em 100% dos recursos apenas em 2027.

Outra preocupação para a indústria é que, apesar de a Lei Complementar nº 177/2021 proibir o contingenciamento de valores do fundo, os recursos vêm sendo constantemente bloqueados pelo poder público. Para o orçamento de 2022, o governo já havia travado R$ 2,5 bilhões dos R$ 4,5 bilhões de recursos não reembolsáveis do FNDCT.

Os dados mostram que o Brasil ocupa a 2ª posição entre os países da América Latina, ficando atrás do Chile (50º).

De acordo com o coeditor do IGI e diretor da Saïd Business School, da Universidade de Oxford, Soumitra Dutta, Brasil, Peru e Jamaica apresentaram desempenho superior ao esperado para o seu nível de desenvolvimento econômico. "Em termos relativos, líderes regionais, como Chile e Brasil, na América Latina, e África do Sul e Botsuana, na África Subsaariana, apresentaram melhoras em seu desempenho em inovação", pontuou.

S&P 500 volta a cair e fecha no menor nível do ano

As ações dos EUA voltaram a cair acentuadamente nesta quinta-feira. O Dow Jones Industrial Average caiu 1,54%, para 29.225,61. O S&P 500 tomou um tombo de 2,11%, para 3.640,47 pontos, menor nível do ano. O Nasdaq Composite Index caiu 2,84%, para 10.737,51. Todos os 11 setores primários do S&P 500 terminaram em vermelho.

Na frente econômica, o Departamento do Trabalho dos EUA informou que os pedidos iniciais de seguro-desemprego, uma maneira aproximada de medir demissões, caíram em 16 mil, para 193 mil na semana encerrada em 24 de setembro, elevando as expectativas de que o Federal Reserve (banco central norte-americano) continuará subindo as taxas de juros.

Contadores contra cobrança de plataforma da Receita

As entidades que representam os contadores brasileiros divulgaram nesta quinta-feira um manifesto contra a cobrança da nova plataforma de prestação de serviços contábeis e fiscais, o Integra Contador. O sistema foi feito por empresa pública, e os custos financeiros para uso da plataforma recairão diretamente sobre o contribuinte.

"Não pode ser transferido ao contribuinte o ônus da ineficiência na prestação dos serviços online que são obrigatórios ao próprio contribuinte", reitera o comunicado.

A Integra Contador permite o acesso automatizado a um conjunto de informações que só estavam disponíveis por consulta individualizada no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC).

A ferramenta oferece, inicialmente, 27 serviços, como os relacionados ao Simples Nacional e ao MEI, consulta e transmissão de DCTFWeb, consulta de pagamentos realizados, emissão de Darf, dentre outros.

Assinam o manifesto a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (Fenacon), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Instituto de Auditoria Independente do Brasil (Ibracon).

Empregos com carteira: salário de admissão é inferior

O Brasil alcançou um saldo de 278,63 mil postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados nesta quinta-feira. De janeiro a agosto, o saldo chegou a 1,85 milhão de empregos gerados no ano, decorrente de 15,65 milhões de admissões e 13,8 milhões de desligamentos no período. Se considerados os últimos 12 meses, o total de empregos gerados chega a 2,45 milhões de postos formais.

O salário médio de admissão subiu pela terceira vez consecutiva e atingiu R$ 1.949,84 em agosto, mas ainda é inferior ao salário de desligamento, que ficou em média em R$ 1.991,34. Isso significa que quem conseguiu emprego está ganhando menos do que quem foi demitido ou pediu demissão.

Os dados de agosto demonstram ainda que, somente no intervalo de julho de 2020 a agosto de 2022 – considerado período de retomada do emprego formal após a pandemia – o país registrou saldo de 5,83 milhões de postos de trabalho, alcançando um estoque recorde de 42,53 milhões de empregos com carteira registrados no Novo Caged.

O resultado positivo ocorreu em todos os setores da economia nas 27 Unidades da Federação, com destaque para São Paulo, que gerou no mês 74,97 mil postos de trabalho. A região Nordeste foi o grande destaque regional, com crescimento de 0,96% da força de trabalho.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3916
Dólar Turismo	R$ 5,6030
Euro	R$ 5,3010
Iuan	R$ 0,7575
Ouro (gr)	R$ 289,86

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

O poder transformador do voto

Por Paulo Alonso

Estamos às vésperas das eleições gerais. E o índice de indecisos, 70%, é grande sobretudo em relação aos cargos para deputados federais e estaduais, percentual que cai drasticamente quando o candidato disputa o Palácio do Planalto, 10%. De acordo com recente pesquisa realizada pelo Ipec/TV Globo, o ex-presidente e candidato do PT, Lula, permanece com grande vantagem nas intenções de voto, 48%, bem à frente do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, do PL, que está estagnado com 31%. Os dois outros concorrentes pontuam 6%, Ciro Gomes, do PDT, ex-governador do Ceará, e 5%, para a atual senadora do Mato Grosso do Sul Simone Tebet, do MDB.

A pesquisa indica também que 13% das mulheres e 6% dos homens ainda não decidiram em que vão votar. Quando o assunto é renda familiar, 12% dos entrevistados que ganham até um salário-mínimo não sabem em quem votarão; 9%, de 1 a 2 salários; 8%, 2 a 5, e 5%, mais de 5 salários. Em relação ao nível de escolaridade, 12% das pessoas ouvidas que estudaram até o ensino fundamental não decidiram em quais candidatos votarão; 9%, ensino médio; e 7%, ensino superior.

Esses percentuais são expressivos e se convertidos em votos válidos poderão fazer com que não haja um segundo turno, até porque os eleitores de baixa renda tendem a votar no candidato do PT. Poderão, assim, esses eleitores selar o rumo da eleição presidencial já no próximo domingo.

O panorama nacional relativo à corrida aos governos dos Estados indica que, em 16 Estados da Federação, há grande chance de a disputa eleitoral se encerrar no primeiro turno. Isso poderá acontecer no Paraná, onde Ratinho Júnior, PSD, lidera com 55%, e o segundo colocado, Roberto Requião, PT, tem 28%; Pará, Helder Barbalho, MDB, 72%, e Zequinha Marinho, PL, 16%; Goiás, Ronaldo Caiado, 55%, e Gustavo, 23%, Patriotas; Espírito Santo, Renato Casa Grande, 53%, e Carlos Manato, PL, 18%; Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, PT, 49%, e Capitão Styvenson, 20%; Mato Grosso, Mauro Mendes, 60%, União, e Márcia Pinheiro, 15%, PV; Distrito Federal, Ibaneis, 43%, MDB, e Leandro Grass, 16%, PV.

Da mesma forma, em outros estados a corrida aos governos estaduais poderá ser concluída no domingo. No Tocantins, Wanderley, 45%, Republicanos, e Ronaldo Dimas, 17%, PL; Acre, Gladson Cameli, 54%, PP, e Jorge Viana, 25%, PT; Amapá, Clecio, 50%, Solidariedade, e Jaime, 36%, PSD; e Roraima, Denarium, 50%. PP, e Teresa Surita, 37%, MDB; Maranhão, Carlos Brandão, 41%, PSB, e Weverton Rocha, PDT, 20%; Piauí, Silvio Mendes, 43%, e Rafael Fonteles, PT, 29%; Bahia, ACM Neto, 47%, União, e Jerônimo, 32%, PT; Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, 38%, PSDB, e Onix, 25%, PL; Minas Gerais, Zema, 45%, Novo, e Kali, 34%, PSD; e Pernambuco, Marilia Arraes, 34%, e Raquel Lyra, 20%, PSDB.

> O Brasil tem pressa em querer arrumar a casa

Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, Haddad aparece com 34%, PT, e Tarcisio, 24%, PL; no Ceará, a disputa está acirrada com Elmano, 30%, PT, e Cap.Wagner, 29%, União; já em Santa Catarina, há um empate entre Jorginho Melo, 20%, PL, e Moises, 20%, Republicanos; assim como acontece no Mato Grosso do Sul, Pucineli, 25%, MDB, e Marquinhos Trad, 25%, PSD.

Na Paraíba, João Azevedo, 35%, PSB, e Pedro Lima, 25%, PSDB; Amazonas, Wilson Lima, 34%, União, e Amazonino Mendes, 26%, Cidadania; Alagoas, Paulo Dantas, 30% MDB, e Rodrigo Cunha, 20%, União; Sergipe, Valmir, 38%, PL, e Rogério Carvalho, 20%, PT; Rondônia, Cor. Marcos, 38%, União, e Marcos Rogério, 27%, PL. No Rio de Janeiro, o atual governador Cláudio Castro, 38%, PL, e Marcelo Freixo, 25%, PSB.

Na última terça-feira, a TV Globo promoveu um debate entre todos os candidatos aos governos dos estados e Distrito Federal. No Rio de Janeiro, os ataques diretos entre o atual ocupante do Palácio Guanabara, Claudio Castro, e o deputado federal Marcelo Freixo marcaram o debate, que não apresentou grandes propostas, mas serviu muito mais para um duelo nojento e com rancores exacerbados e a corrupção como o tema mais citado, com vários pedidos de direito de respostas pelas ofensas trocadas entre os candidatos.

As pesquisas do Ipec mostram que Castro tem grande vantagem, 38%, sobre o segundo colocado, Freixo, 25%. Rodrigo Neves, PDT, aparece em terceiro lugar, 7%. Cyro Garcia, 3%, PSTU; Juliete Pantoja, UP; Paulo Ganine, Novo; e Witzel, PMB, pontuaram 2% cada um deles, e Luiz Eugênio, PCO, não pontuou.

Se a eleição for decidida no segundo turno, como parece, Claudio Castro seria reeleito, com 44% dos votos, e Freixo teria 34%. Nulos e brancos seriam de 15% e não sabem ou não responderam, 7%. Segundo o mesmo instituto de pesquisa, que ouviu 2.000 eleitores em 45 cidades, entre os dias 24 e 26 de setembro, a avaliação do governo Cláudio Castro atinge 33%, ótimo/boa; 36%, regular; 23% ruim/péssimo; e não sabem avaliar, 8%.

A corrida para o Senado Federal dá ampla vantagem ao ex-jogador Romário, candidato à reeleição, com 33% dos votos, estando empatados, com 11% dos votos, os deputados federais Alessandro Molon, PSB, e Clarissa, União Brasil. O atual presidente da Alerj, André Ceciliano, PT, atinge 7%.

No próximo domingo, dia 2 de outubro, o povo brasileiro irá às urnas eleitorais e digitará os números dos seus candidatos e que os representarão nos próximos 4 anos, para os cargos de presidente da República, governadores dos estados e do Distrito Federal e dos deputados federais e estaduais, e nos seguintes 8 anos, no Senado da República. Faz-se fundamental que os eleitores, sobretudo os que ainda estão indecisos, 70% deles, para as escolhas dos deputados federais e estaduais, e 10% para o cargo de presidente da República, pesquisem e se informem sobre as biografias dos candidatos.

O Brasil tem pressa em querer arrumar a casa. O povo passa por necessidades, sem escolas e sem educação de qualidade; sem saúde pública que dê dignidade à população; com um desemprego alarmante; sem moradia; com a crescente violência por toda parte. Esse retrato é assustador. Cabe aos brasileiros elegerem representantes de qualidade e vocacionados com a coisa pública e que trabalhem pelos verdadeiros interesses do povo e do Estado. Só assim, com representantes qualificados, éticos, honrados e dignos, o Brasil poderá se alavancar e sair do atoleiro no qual está mergulhado.

Paulo Alonso é jornalista.

O consórcio do século 21

Por Bruno Martins

Com o desenvolvimento tecnológico, inúmeros setores se transformaram nos últimos anos. Por exemplo, os serviços de entrega e de motoristas passaram a ser realizados por meio de aplicativos. Da mesma forma, as antigas locadoras de fitas VHS foram substituídas por canais de TV por assinatura, e agora por serviços de streaming. Já os bancos se converteram em digitais. Contudo, os consórcios ainda precisam dessa transformação para adentrar de forma competitiva no século 21.

O setor existe há mais de 60 anos, e o que começou como uma forma de enfrentar uma crise, tornou-se uma maneira viável para os consumidores brasileiros adquirirem bens e serviços de alto valor.

> Tecnologia para diminuir burocracia e criar sistemas de gamificação

Os dados da Multimarcas Consórcios comprovam um contínuo crescimento do setor. Em 2022, somente em relação à contemplação de imóveis, registramos um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior, considerando o período entre janeiro e maio.

Hoje, o consórcio pode ser considerado sinônimo de planejamento financeiro. Por meio dele, as famílias podem regular as suas despesas com o objetivo de realizar um sonho futuro. No entanto, ainda há muito o que mudar, principalmente quando lembramos de todos os outros segmentos que sofreram transformações reais.

Nos próximos anos, o grande trunfo desse mercado acontecerá por meio da tecnologia, principalmente pela diminuição da burocracia e pelos sistemas de gamificação. Atualmente, os consumidores precisam de incentivos para que participem, como benefícios que realmente sejam algo que os estimule a optar pelos consórcios.

O engajamento e a motivação devem ser fatores primordiais nessa equação. Somente desta maneira poderemos quebrar paradigmas e alcançar as novas gerações. Vale ressaltar que a maior parte dos jovens já aderiu aos bancos digitais. Segundo a pesquisa realizada pela fintech alemã Mambu, 54% dos brasileiros entre 18 e 35 anos têm como principal instituição financeira esse tipo de banco. É uma tendência inegável e um caminho absolutamente necessário para que os consórcios continuem a existir por mais meio século.

Contudo, é um equívoco digitalizar os serviços já existentes e esperar que se tenha resultados. Para que os consórcios funcionem na forma digital, é necessário que se tenha a possibilidade de trazer seus benefícios para o mundo virtual.

Mas como fazer isso? Entendendo o sonho dos brasileiros, customizando a entrega de valor, deixando transparente todas as etapas do processo e facilitando o relacionamento com o cliente, sempre com o propósito de aproximá-los dos seus objetivos.

Bruno Martins é gerente de novos negócios da Multimarcas Consórcios.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Denúncia de pedofilia na Igreja Católica portuguesa

Ganhador do prêmio Nobel da Paz, o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, ex-líder católico em Timor Leste, que está escondido pelos Salesianos em Portugal, há anos, volta a ser alvo de denúncias de pedofilia. Há inclusive um alto funcionário do atual Governo de Timor que teria sido molestado. Mais um escândalo para a Igreja Católica portuguesa, que ocultou queixas de abusos sexuais.

Volta a Embratur

Tudo indica que a competente Jeanine Pires, autora de um dos maiores planos de marketing do Turismo brasileiro, o Aquarela, voltará a presidir a Embratur, numa vitória do ex-presidente Lula. Pesquisas indicam que ele deverá ser eleito no primeiro turno.

Direita na Itália

Irmãos Fratelli e outros grupos de extrema-direita fazem parte da coalização que venceu as eleições na Itália. Giorgia Meloni teve vitória histórica e mostra o crescimento da direita na Europa, que é muito preocupante. Eduardo Bolsonaro a cumprimentou, dizendo que assim como o Brasil, a Itália é agora "Deus, pátria e família". Ainda bem que no domingo voltaremos a respirar Democracia...

Fuga em massa

Homens russos que poderão ser obrigados a fazer parte de uma guerra da qual discordam estão deixando a Federação Russa com suas famílias. São quase 300 mil em menos de 2 semanas.

Dia Mundial do Turismo

Passou quase que desapercebido no Brasil, o dia 27 de setembro, em que se comemora o Dia Mundial do Turismo e Dia Nacional do Turismólogo. No Rio, vídeo da Associação dos Embaixadores de Turismo do RJ trouxe depoimentos importantes.

Falta memória

Os festejos dos 50 anos da Riotur deixaram muito a desejar. Esqueceram vários servidores que prestaram relevantes serviços ao órgão municipal. Parece que a empresa não tem história.

Cariocas optam por gastronomia em seus bairros

Recente pesquisa da Loft Dados mostra que os moradores do Rio são os que mais buscam bares e restaurantes em seus próprios bairros. São 32%, sendo que São Paulo aparece com 25%, e Buenos Aires, com 22%. Foram ouvidas 4,5 mil pessoas em 10 centros latino-americanos.

Pensamento da semana

"Não quero perder mais tempo. Todos os minutos para mim são preciosos. Cada palavra e atitude tem um significado importante. Vislumbro incertezas em cada minuto de cisão. Minha reação é de compreensão quando necessária, mas também de tristeza em momentos de confusão. Monitoro passos e saltos com um relógio de falas abstratas. Conto com algo e alguém. Sempre escondido numa panela de pressão, vivo o Amanhã da vocação."

Cresce o número de pessoas endividadas com financiamento imobiliário

Com a taxa de juros básica (Selic) em seu maior patamar dos últimos cinco anos, tomar crédito no mercado ficou mais caro dado o custo de capital. Porém, apesar dessa alta nos últimos 18 meses ter sido superior a 600%, o custo médio de um financiamento imobiliário no Brasil aumentou pouco menos de 40% no mesmo período.

No Ceará, por exemplo, o aumento do custo desses financiamentos refletiu numa queda de apenas 22,5% no número de novos financiamentos na comparação de 12 meses, de acordo com a Abecip. Diante desse cenário contraditório que é observado no país inteiro, segue crescente o número de pessoas endividadas com financiamento imobiliário.

Para Daniel Gava, CEO e cofundador da Rooftop – proptech que conecta proprietários em situação de estresse financeiro e sem acesso a capital a negócios imobiliários singulares -, a resiliência está inserida em outro contexto. "As pessoas já haviam comprado seus imóveis na planta quando a Selic ainda estava em torno de 2% e a resiliência também se deve ao fato de elas terem que realizar o repasse agora na entrega da obra, em função dos vários lançamentos imobiliários ocorridos nos últimos anos. Além disso, os bancos estão aumentando as carteiras de crédito imobiliário, o que faz parecer também um cenário firme", explica o especialista.

"O Brasil é um país estressado economicamente, com mais da metade da população com algum tipo de pendência financeira ou restrição. E, cada vez mais, com a força das instituições financeiras querendo aumentar constantemente o volume de crédito imobiliário no Brasil, é natural que os problemas relacionados à inadimplência de contrato de empréstimo com garantia imobiliária e financiamentos imobiliários cresçam na mesma velocidade que as carteiras de crédito", complementa Gava. "No entanto, é preciso cautela para analisar os indicadores, uma vez que o mercado de imóveis usados têm sofrido mais com a situação atual", analisa.

A Rooftop tem registrado um crescimento de 400% ano após ano em números de transações. Rogério Mescolote é um exemplo de cliente da proptech. Diante da dificuldade de honrar o financiamento que ele e a esposa contrataram para abrir uma empresa em 2019, pré-pandemia, o programa InCasa foi a solução para regularizar este e outros débitos. "A Rooftop contribuiu com rapidez, sem que fosse preciso sair do imóvel. Obtive o valor necessário para me reorganizar financeiramente usando a minha casa", conta o cliente. "Dá um certo medo, diante da situação econômica do país e do mundo, mas acredito que dentro do prazo conseguiremos recomprar a casa pelo valor combinado com eles", conclui.

Na opinião de Fabio Silva, country manager do alt.bank – fintech brasileira focada em levar justiça financeira por meio de práticas justas – é momento de cautela devido aos juros, exceto se for para uma aquisição à vista, quando podem surgir boas oportunidades. "Este não é o momento ideal para financiar imóveis dado os juros altos. Tendo o recurso parcialmente, é melhor investir em renda fixa que pagar 100% do CDI. A tendência é uma recuperação na economia nos próximos anos, e a queda da taxa de juros pode representar um sinal positivo para o financiamento", explica o executivo.

IGP-M em setembro reduz aluguel em 0,95%

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) caiu 0,95% em setembro, após queda de 0,70% no mês anterior. Com este resultado o índice acumula alta de 6,61% no ano e de 8,25% em 12 meses. Em setembro de 2021, o índice havia caído 0,64% e acumulava alta de 24,86% em 12 meses. O índice foi divulgado nesta quinta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

"As quedas registradas nos preços de commodities e combustíveis seguem influenciando o resultado do IPA. O preço do minério de ferro caiu 4,81%, ante queda de 5,76% na última apuração. Já os preços do diesel (de menos 2,97% para menos 4,82%) e da gasolina (de menos 8,23% para menos 9,18%) recuaram ainda mais em setembro. No âmbito do consumidor, a inflação ficou menos negativa – acelerando de menos 1,18% em agosto para menos 0,08% em setembro. O setor serviços contribuiu para tal movimento, com destaque para passagem aérea (27,61%), aluguel residencial (1,42%) e plano e seguro de saúde (1,15%)", afirma André Braz, coordenador dos Índices de Preços.

Segundo a FGV Ibre, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) caiu 1,27% em setembro, após queda de 0,71% em agosto. Na análise por estágios de processamento, a taxa do grupo bens finais caiu 0,39% em setembro. No mês anterior, a taxa do grupo havia sido de menos 0,73%. A principal contribuição para este resultado partiu do subgrupo alimentos processados, cuja taxa passou de menos 1,07% para menos 0,04%, no mesmo período. O índice relativo a bens finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis para o consumo, variou 0,20% em setembro, ante -0,12% no mês anterior.

A taxa do grupo bens intermediários passou de menos 0,76% em agosto para menos 1,47% em setembro. O principal responsável por este movimento foi o subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, cujo percentual passou de menos 1,55% para menos 5,82%. O índice de bens intermediários (ex), obtido após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, caiu 0,43% em setembro, após variar menos 0,57% em agosto.

O estágio das matérias-primas brutas caiu 1,84% em setembro, após queda de 0,63% em agosto. Contribuíram para intensificar a taxa negativa do grupo os seguintes itens: leite in natura (12,59% para menos 6,72%), bovinos (menos 2,01% para menos 4,06%) e cana-de-açúcar (0,41% para menos 0,72%). Em sentido oposto, destacam- se os itens milho em grão (menos 1,54% para 1,07%), minério de ferro (menos 5,76% para menos 4,81%) e algodão em caroço (menos 4,43% para 3,95%).

Associação dos Empregados e Empregados – Aposentados dos Patrocinadores e/ou dos Participantes da FAPES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS E EMPREGADOS APOSENTADOS DOS PATROCINADORES E/OU PARTICIPANTES DA FAPES/BNDES – APA-FAPES/BNDES, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 12, inciso II do Estatuto da APA-FAPES/BNDES, convoca os Senhores Associados para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar presencialmente e simultaneamente on line, pela plataforma Zoom, no dia 11/10/2022, prevista para se iniciar às 10h30 em 1a convocação, com a presença mínima da metade mais um dos Associados aptos a votarem, ou em 2a convocação às 11h00, com qualquer número de Associados presentes, na Rua Senador Dantas, 117- salas 606/607- Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP 20031-201, e com encerramento previsto para as 15h, com pauta única: Deliberação sobre requerimento inaugural de Processo de Mediação e Conciliação, a ser feito pela APA junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem – CMCA da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, tendo como contraparte no processo, a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES. Será objeto da Mediação e Conciliação o pleito de revisão, que a APA espera da FAPES, da metodologia de cálculo das contribuições extraordinárias ora sendo cobradas, decorrentes da implantação do Plano de Equacionamento de Déficit- PED relativo ao Plano Básico de Benefícios – PBB, referente ao exercício de 2015; se obtida a revisão, haverá o consequente recálculo das contribuições extraordinárias. Registra-se que qualquer proposta de Conciliação que venha a ser formulada pela FAPES no âmbito da Mediação e Conciliação deverá ser submetida, assim que possível, à deliberação dos Associados da APA em nova Assembleia Geral. A votação da presente Deliberação, portanto, contempla duas alternativas: (1) Favorável à inauguração de processo de Mediação e Conciliação com a FAPES na CMCA; ou (2) Desfavorável ao requerimento de Mediação e Conciliação com a FAPES na CMCA. Em atendimento ao Art.13 do Estatuto Social, a Assembleia será presidida pelo Sr. Presidente da APA-FAPES/BNDES, com o início da votação às 10h30, presencialmente e on-line, e previsão de término às 15h. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022

Sebastião Bergamini Junior
PRESIDENTE DA APA-FAPES/BNDES

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO
EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DESPESAS CONDOMINIAIS, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CHRISTIAN BARNARD em face de ESPÓLIO DE LEON CESAR CHEBAR processo nº 0386816-84.2012.8.19.0001, na forma abaixo:

A Dra. FERNANDA ROSADO DE SOUZA, Juíza da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a ESPÓLIO DE LEON CESAR CHEBAR, que em **10/10/22, às 13:00 hs.,** no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (online) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **11/10/22,** no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, na forma do art. 891 § único do NCPC, o DIREITO E AÇÃO dos imóveis registrados no 7º RGI, nº43323 (sala 2015) e nº 44209 (sala 2016), Rua Senador Dantas nº 75 sala 2015 e sala 2016 – Centro - RJ, avaliados às fls. 385 e 386 em 24/8/21, por R$ 160.000,00 (cada sala). De acordo com Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica (IPTU) em referência a inscrição nº 0.015.047-4 (sala 2015) consta débito no valor de R$ 7.261,64 mais acréscimos legais. Taxa de incêndio – sala 2015 – débito no valor de R$ 436,21 mais acréscimos legais. De acordo com Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica (IPTU) em referência a inscrição nº 0.015.048-2 (sala 2016) consta débito no valor de R$ 8.443,00 mais acréscimos legais. Taxa de incêndio – sala 2016 – débito no valor de R$ 436,21 mais acréscimos legais. Conforme planilha do Autor anexada às fls. 328, consta valor da dívida em R$ 207.538,88 em 05/07/2019 mais acréscimos legais. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 6/9/22. Eu, Cristina Mourão Heredia, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dra. FERNANDA ROSADO DE SOUZA, Juíza de Direito.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

TSE promete apuração em tempo recorde

O TSE espera encerrar a contagem dos votos em todo o país em menos de duas horas. Para isso, centralizou a totalização em um único local, em Brasília, acabando com as totalizações parciais nos TREs e a disputa entre os estados para ver quem terminava na frente da contagem. A previsão do TSE é divulgar a lista de eleitos antes das 19h de domingo.

Octacílio Barbosa/Alerj

Senado ou ministério?

O presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), candidato ao Senado, figura em todas as listas de possíveis ministros, caso Lula vença as eleições. O parlamentar não quer tratar do assunto agora, prefere se concentrar na reta final da campanha eleitoral, onde aparece como o único candidato ao Senado do estado apoiado por Lula.

Disputa acirrada por uma vaga de deputado

Mais de 16.500 candidatos disputarão no domingo uma vaga de deputado estadual. No Rio de Janeiro, serão 1.621 candidatos para as 70 vagas na Assembleia Legislativa. Isso dá uma média de 23 candidatos por vaga. O estado com mais candidatos a deputado estadual é São Paulo, com 2.040 disputando as 94 vagas na Casa Legislativa.

Prestação de contas sob suspeita

O TSE identificou R$ 605 milhões em transferências suspeitas após análise das prestações de contas parcial de campanha entregues pelos candidatos. Ao todo, foram detectados 59.072 casos de doações ou gastos potencialmente irregulares. Os casos agora serão apurados com o levantamento de provas materiais e de informações mais aprofundadas. O candidato que recebeu numerosas contribuições de diferentes empregados de uma mesma empresa é um dos investigados.

Vote com consciência

Nas mãos dos candidatos eleitos em todos os níveis no próximo domingo está o futuro do país. Tenha certeza do seu voto.

Rio tem queda de 15% em transações no semestre

Uma pesquisa da KPMG apontou que o Rio de Janeiro registrou 66 fusões e aquisições de empresas no primeiro semestre deste ano, ficando atrás de São Paulo (690 transações) e Minas Gerais (77), e à frente de Santa Catarina (42), Rio Grande do Sul (34), Paraná (27), Distrito Federal (15), entre outras unidades federativas.

O levantamento também mostrou que os setores que mais se destacaram nas 66 transações do primeiro semestre no Rio de Janeiro foram os seguintes: empresas de internet com 26; tecnologia da informação e óleo e gás, ambas com oito. Com relação ao tipo de negócio, a maioria deles foi realizada entre empresas brasileiras (45 domésticas), outras 21 foram de empresas estrangeiras comprando de brasileiro empresas estabelecidas no Brasil (tipo CB1).

"O Rio de Janeiro se mantém atrativo para muitas empresas, principalmente, aquelas ligadas a setores estratégicos para o país como petróleo, energia e serviços. Os dados mostraram ainda que o ambiente doméstico se manteve aquecido com a maioria dos negócios sendo realizada entre companhias brasileiras", afirma o sócio da KPMG de mercados regionais para o Rio de Janeiro e Espírito Santo, Manuel Fernandes.

A pesquisa da KPMG apontou que foram realizadas 1,01 mil operações de fusões e aquisições no primeiro semestre deste ano, um aumento de mais de 25% se comparado com o mesmo período de 2021. Desses, 461 aconteceram de abril a junho. Esse total representa mais de 50% dos negócios concretizados em todo o ano passado (1,96 mil), quando havia sido registrado um recorde anual das últimas duas décadas.

"Observamos que houve um aumento no movimento de compra e venda de empresas no Brasil nos dois trimestres deste ano em relação aos mesmos períodos de 2021 o que ainda sinaliza um ano forte. Entretanto o segundo trimestre registrou queda de quase 17% em relação ao primeiro muito em função da redução de transações do setor de transformação digital (companhias de internet) que, apesar da queda, ainda apresentou números fortes. Sendo assim, apesar da boa perspectiva para este ano, se mantida essa tendência de desaceleração, estaremos um pouco mais longe de ultrapassar o recorde registrado em 2021. Importante aguardar o resultado do terceiro trimestre para termos uma visão melhor deste cenário", analisa o sócio da KPMG, Luís Motta.

Só 37% dos bares e restaurantes doam o que sobra de alimentos

Uma pesquisa da Ticket em parceria com a Comida Invisível, realizada com 175 estabelecimentos de alimentação, como restaurantes, lanchonetes e bares, revelou que 61,5% dos locais geram sobras de alimentos diariamente. De acordo com os respondentes, apenas 37% dos estabelecimentos realizam a doação dos excedentes de refeições que não foram comercializadas e que estejam dentro da validade e próprios para consumo, enquanto 31,7% disseram que depende da situação, como a disponibilidade do estabelecimento, e 31,3% responderam que não doam.

"Apesar da aprovação, em 2020, do Projeto de Lei que permite que estabelecimentos doem seu excedente de comida, muitos comerciantes ainda se sentem inseguros com a prática. Dentre os que responderam negativamente à pergunta, uma parcela afirmou que a doação pode acarretar problemas para o local e alguns chegaram a questionar se é permitido doar. Isso é consequência da falta de informação e de conscientização sobre a importância dessa iniciativa", comenta Felipe Gomes, diretor-geral da Ticket.

Ainda segundo o levantamento, 73% dos participantes consideram que um eventual incentivo fiscal seria muito importante para estimular a doação de alimentos, já 16% disseram que seria importante doar, 5% revelaram ser indiferentes ao assunto, 2,5% o consideram pouco importante e 3,5% sem importância alguma. E quando questionados sobre a relevância de uma chancela (selo) que identifique como sustentável o estabelecimento que doa alimentos excedentes, 50% consideram muito importante, 29% acham que seria uma medida importante, 10,5% são indiferentes, 2,5% avaliam como uma mudança pouco importante e 8% não veem nenhuma importância.

"Os dados revelam que o comércio de alimentos está disposto a mudar esse cenário, mas para isso seria de fundamental importância o investimento de iniciativas públicas que criem mecanismos que estimulem a destinação mais correta para as sobras de comida, que seria o prato de pessoas carentes e em situação de rua", avalia Gomes.

A pesquisa também revelou quais etapas de produção mais geram desperdício de alimentos nos estabelecimentos. Ao serem questionados, os participantes mencionaram os restos nos pratos dos clientes (43,4%), o pré-preparo (17,7%), o superdimensionamento e produção excessiva (17,7%), produtos entregues em grande quantidade pelo fornecedor (10,2%), a perda do prazo de validade (7,4%) e o armazenamento de forma incorreta (6,8%). Já 19,4% disseram que não há esses tipos de desperdício em seus comércios.

TCU apura risco de perda de R$ 277 milhões em obra no RJ

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou novamente, sob a relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues, auditoria relativa ao Fiscobras 2016 nas obras da Nova Subida da Serra (NSS) de Petrópolis (RJ). A auditoria examinou agora a implementação das medidas deliberadas pelo TCU em 2018 (Acórdão 1.452/2018-Plenário).

A Corte de Contas decidiu manter a classificação das obras no índice de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IGP). O TCU verificou que se manteve o sobrepreço no orçamento das obras da NSS, e remanescem falhas nos projetos básico e executivo, que estão desatualizados e deficientes.

Entre as irregularidades graves, está a sobreavaliação do valor do reequilíbrio econômico-financeiro no fluxo de caixa marginal decorrente de superestimativa de alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL), e da base de cálculo desses tributos.

A Nova Subida da Serra de Petrópolis esta localizada na rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora (MG) – Rio de Janeiro (RJ), que foi concedida à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio (Concer) em agosto de 1995.

"Determino o envio de nova comunicação ao Congresso Nacional, mantendo a classificação das irregularidades como IGP e reiterando que há potencial dano ao erário de R$ 277 milhões e que as medidas passíveis de saneá-las são as mesmas determinadas em 2018 (item 9.2 do Acórdão 1.452/-Plenário)", asseverou o ministro-relator.

JUÍZO DE DIREITO DA 36ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO
EDITAL de 1º e 2º Leilão Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DESPESAS CONDOMINIAIS, movida por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO CHRISTIAN BARNARD em face de ESPÓLIO DE LEON CESAR CHEBAR processo nº 0386816-84.2012.8.19.0001, na forma abaixo:

A Dra. FERNANDA ROSADO DE SOUZA, Juíza da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a ESPÓLIO DE LEON CESAR CHEBAR, que em **10/10/22, às 13:00 hs.,** no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (online) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **11/10/22,** no mesmo local e hora, a quem mais oferecer, na forma do art. 891 § único do NCPC, o DIREITO E AÇÃO dos imóveis registrados no 7º RGI, nº43323 (sala 2015) e nº 44209 (sala 2016), Rua Senador Dantas nº 75 sala 2015 e sala 2016 – Centro - RJ, avaliados às fls. 385 e 386 em 24/8/21, por R$ 160.000,00 (cada sala). De acordo com Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica (IPTU) em referência a inscrição nº 0.015.047-4 (sala 2015) consta débito no valor de R$ 7.261,64 mais acréscimos legais. Taxa de incêndio – sala 2015 – débito no valor de R$ 436,21 mais acréscimos legais. De acordo com Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica (IPTU) em referência a inscrição nº 0.015.048-2 (sala 2016) consta débito no valor de R$ 8.443,00 mais acréscimos legais. Taxa de incêndio – sala 2016 – débito no valor de R$ 436,21 mais acréscimos legais. Conforme planilha do Autor anexada às fls. 328, consta valor da dívida em R$ 207.538,88 em 05/07/2019 mais acréscimos legais. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 6/9/22. Eu, Cristina Mourão Heredia, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dra. FERNANDA ROSADO DE SOUZA, Juíza de Direito.

Associação dos Empregados e Empregados – Aposentados dos Patrocinadores e/ou dos Participantes da FAPES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS E EMPREGADOS APOSENTADOS DOS PATROCINADORES E/OU PARTICIPANTES DA FAPES/BNDES – APA-FAPES/BNDES, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 12, inciso II do Estatuto da APA-FAPES/BNDES, convoca os Senhores Associados para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a se realizar presencialmente e simultaneamente on line, pela plataforma Zoom, no dia 11/10/2022, prevista para se iniciar às 10h30 em 1a convocação, com a presença mínima da metade mais um dos Associados aptos a votarem, ou em 2a convocação às 11h00, com qualquer número de Associados presentes, na Rua Senador Dantas, 117- salas 606/607- Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP 20031-201, e com encerramento previsto para as 15h, com pauta única: Deliberação sobre requerimento inaugural de Processo de Mediação e Conciliação, a ser feito pela APA junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem – CMCA da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, tendo como contraparte no processo, a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES. Será objeto da Mediação e Conciliação o pleito de revisão, que a APA espera da FAPES, da metodologia de cálculo das contribuições extraordinárias ora sendo cobradas, decorrentes da implantação do Plano de Equacionamento de Déficit- PED relativo ao Plano Básico de Benefícios – PBB, referente ao exercício de 2015; se obtida a revisão, haverá o consequente recálculo das contribuições extraordinárias. Registra-se que qualquer proposta de Conciliação que venha a ser formulada pela FAPES no âmbito da Mediação e Conciliação deverá ser submetida, assim que possível, à deliberação dos Associados da APA em nova Assembleia Geral. A votação da presente Deliberação, portanto, contempla duas alternativas: (1) Favorável à inauguração de processo de Mediação e Conciliação com a FAPES na CMCA; ou (2) Desfavorável ao requerimento de Mediação e Conciliação com a FAPES na CMCA. Em atendimento ao Art.13 do Estatuto Social, a Assembleia será presidida pelo Sr. Presidente da APA-FAPES/BNDES, com o início da votação às 10h30, presencialmente e on-line, e previsão de término às 15h. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022

Sebastião Bergamini Junior
PRESIDENTE DA APA-FAPES/BNDES

J.P. Morgan Asset Management lança 16 BDRs de ETF na B3

São os primeiros da categoria colocados pela gestora no Brasil

Ocorreu nesta quinta-feira o toque de campainha que marcou o início de negociação dos 16 primeiros BDRs de ETF do J.P. Morgan Asset Management na B3. Os ativos oferecem acesso a diferentes mercados globais – incluindo Estados Unidos, Europa, Japão e Ásia-Pacífico – e setores, como ações internacionais, ações valor e crescimento no mercado americano.

Os BDRs de ETFs são ativos de Renda Variável emitidos no Brasil e que permitem ao investidor local o investimento indireto em ETFs que seguem o desempenho de índices de ações no exterior.

Os BDRs de ETF são recibos emitidos no Brasil que possuem como lastro cotas de ETFs, fundos de investimento atrelados a índices internacionais. Ao adquiri-los, o investidor negocia diretamente na B3, sem necessidade de abertura de conta fora do país, um produto que simplifica o acesso ao mercado externo.

"A expansão da oferta de BDRs de ETF é uma ótima notícia para o investidor que deseja diversificar sua carteira, já que amplia seu acesso ao mercado internacional, trazendo novos segmentos para a prateleira de produtos disponíveis", comenta Juca Andrade, Vice-Presidente de Produtos e Clientes da B3.

"Nosso foco é oferecer ao investidor brasileiro novas formas para implementar a diversificação internacional, minimizando riscos e maximizando resultados em portfólios. São, inclusive, soluções eficientes para alocações realizas por gestores de recursos locais", reforça Giuliano De Marchi, CEO para o J.P. Morgan Asset Management na América Latina.

"Ao lançar BDRs de ETFs no Brasil, a partir de uma criteriosa análise dos produtos disponíveis no país, disponibilizamos estratégias que possuem estruturas de custo eficientes, podem ser facilmente negociadas e oferecem acesso a qualquer mercado no mundo", analisa Bryon Lake, Global Head of ETFs para o J.P. Morgan Asset Management.

Confira abaixo a lista dos BDRs de ETF lançados:

Ticker BR	Programa
BBAJ39	JPMorgan BetaBuilders Developed Asia Pacific-ex Japan ETF
BBER39	JPMorgan BetaBuilders Europe ETF
BBIL39	JPMorgan BetaBuilders International Equity ETF
BBJP39	JPMorgan BetaBuilders Japan ETF
BBCN39	JPMorgan BetaBuilders Canada ETF
BBMR39	JPMorgan BetaBuilders MSCI US REIT ETF
BMCE39	JPMorgan BetaBuilders US Mid Cap Equity ETF
BJPI39	JPMorgan Diversified Return International Equity ETF
BBUS39	JPMorgan BetaBuilders US Equity ETF
BPEM39	JPMorgan Diversified Return Emerging Markets Equity ETF
BPUS39	JPMorgan Diversified Return US Equity ETF
BJQU39	JPMorgan US Quality Factor ETF
BPME39	JPMorgan Diversified Return US Mid Cap Equity ETF
BDRE39	JPMorgan Diversified Return US Small Cap Equity ETF
BMOM39	JPMorgan US Momentum Factor ETF
BVLF39	JPMorgan US Value Factor ETF

THREE O FIVE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.515.233/0001-43

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Three O Five Participações S.A., referentes ao exercício social findo em 31/12/2021. A Diretoria permanece à inteira disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que desejarem ou se tornarem necessários. **A Diretoria**.

Balanço Patrimonial em 31/12/2021 (Em MR$)

ATIVO	2021	2020
Circulante	**279**	**104**
Disponibilidades	55	9
Tributos a recuperar	224	95
Não Circulante	**159.824**	**40.786**
Investimentos:		
Participações em controladas	–	40.786
Participações em coligadas	159.824	–
Total do Ativo	**160.103**	**40.890**
PASSIVO	**2021**	**2020**
Circulante	**8.782**	**–**
Tributos a recolher	88	–
Dividendos a pagar	3.107	–
Obrigações para aquisição de investimentos	5.587	–
Não Circulante	**126.363**	**74.441**
Partes relacionadas	126.363	64.893
Obrigações para aquisição de investimentos	–	9.548
Patrimônio Líquido	**24.958**	**(33.551)**
Capital social	14.063	7
Ajuste de Avaliação Patrimonial	920	(4.549)
Reservas de Lucros	9.975	–
Prejuízos acumulados	–	(29.009)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**160.103**	**40.890**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2021 (Em MR$)

Receitas (Despesas) Operacionais	2021	2020
De participações societárias:		
Equivalência patrimonial	118.643	(11.025)
Variação Percentual Participação Investidas	5.823	–
Administrativas e gerais	(95)	(7)
Outras receitas (despesas) operacionais:		
Alienação de investimentos	38	–
Ajuste de Reclassificação de Ativo	(435)	–
Outras receitas	2.715	–
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	**126.689**	**(11.032)**
Receitas Financeiras	4	4
Despesas Financeiras	(392)	(391)
Resultado antes do IR E CS	**126.301**	**(11.419)**
Provisão para IR e CS	(12)	–
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**126.289**	**(11.419)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 (Em MR$)

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva p/ Investimentos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total Geral
Saldo em 31/12/2019	**7**	**(2.591)**	**–**	**–**	**(17.594)**	**(20.178)**
Ajuste Exercícios Anteriores Reflexo Investidas	–	–	–	–	4	**4**
Ajuste Avaliação Patrimonial de Investidas	–	(1.958)	–	–	–	**(1.958)**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(11.419)	**(11.419)**
Saldo em 31/12/2020	**7**	**(4.549)**	**–**	**–**	**(29.009)**	**(33.551)**
Ajuste Exercícios Anteriores Reflexo Investidas	–	–	–	–	9	**9**
Ajuste Avaliação Patrimonial de Investidas	–	5.469	–	–	–	**5.469**
Aumentos de Capital	140.937	–	–	–	(84.207)	**56.730**
Reduções de Capital	(126.881)	–	–	–	–	**(126.881)**
Lucro do exercício	–	–	–	–	126.289	**126.289**
Constituição Reserva Legal	–	–	654	–	(654)	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	(3.107)	**(3.107)**
Constituição Reserva de Lucros	–	–	–	9.321	(9.321)	–
Saldo em 31/12/2021	**14.063**	**920**	**654**	**9.321**	**–**	**24.958**

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 (Em MR$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	**126.289**	**(11.419)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	(118.643)	11.025
Variação Percentual de Participação	(5.823)	–
Resultado no Recebimento/ Entrega de Participações	(2.715)	–
Ajuste de reclassificação de investimentos	434	–
Atualização Monetária contas a pagar	393	325
	(65)	**(69)**
Redução (Aumento) nos Ativos	**7.413**	**1**
Contas a receber	–	3
Dividendos recebidos	6.637	–
JCP recebidos	769	–
Impostos a recuperar	7	(2)
Aumento (Redução) nos Passivos	**88**	**–**
Obrigações tributárias	88	–
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**7.436**	**(68)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingresso (liquidação) Obrigações p/ aquisição ações	(4.354)	(2.815)
Adições em investimentos	(121.236)	–
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Investimento	**(125.590)**	**(2.815)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ingresso (liquidação) de empréstimos	–	(10.882)
Partes relacionadas	61.470	13.730
Aumento do capital social	56.730	–
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	**118.200**	**2.848**
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	**46**	**(35)**
Disponibilidades no início do exercício	9	44
Disponibilidades no fim do exercício	55	9
Aumento (Redução) Líquido de Disponibilidades	**46**	**(35)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1) Contexto operacional: A empresa tem como objeto social: (i) consultoria financeira; (ii) compra e venda de imóveis; (iii) incorporação imobiliária; (iv) participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária, mediante aquisição ou subscrição de ações ou quotas. **2) Principais políticas contábeis:** O resultado é apurado pelo regime de competência. Os ativos circulante e não circulante são apresentados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos computados até a data do balanço. Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **3) Tributos a recuperar:** Em 2021, conta principalmente representada por imposto de renda retido na fonte sobre recebimentos de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e IOF indevido. Em 2020, principalmente representada por IOF indevido e imposto de renda retido na fonte sobre recebimentos decorrentes de derivativo de hedge (SWAP). O quadro abaixo apresenta os saldos dos tributos a recuperar:

	Saldo 2021	Saldo 2020
IRPJ	176	46
IOF indevido	48	49
	224	**95**

4) Investimentos: Transações ocorridas em 2021: Em 2021, a Companhia participou com R$ 121.236 mil (cento e vinte milhões duzentos e trinta e seis mil reais) do aumento de capital social da controlada Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital fechado, passando a deter, a partir de então, o total de 29.918.974.970 ações ordinárias, equivalentes a 69,71% do capital social da investida. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia **(nota explicativa 8)**. Transcorrido o prazo de manifestação de credores, os acionistas receberam 13.562.045.155 ações ordinárias de emissão da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A., modificando o percentual de participação da Companhia nesta investida para 38,11%. Em 2021, a investida Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. realizou a redução de seu capital social, sem o cancelamento de ações, mediante transferência aos acionistas, na proporção de suas participações no capital social, de ações de emissão de Monteiro Aranha S.A. Transcorrido o prazo de manifestação de credores, a Companhia recebeu 1.231.956 ações da Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital aberto, equivalentes a 10,06% do capital social dessa investida. O investimento em Monteiro Aranha S.A. é avaliado por influência significativa. Em 2021, a investida Monteiro Aranha S.A. realizou a redução de seu capital social, sem o cancelamento de ações, facultado aos acionistas a restituição por meio do recebimento de *units* de Klabin ou recebimento em dinheiro. Transcorrido o prazo de manifestação dos acionistas sobre a opção de restituição, a Companhia recebeu 337.547 *units* de Klabin S.A., sociedade anônima de capital aberto, equivalentes a 0,031% do capital social dessa investida. O investimento em Klabin S.A. é avaliado por influência significativa. Em 2021, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital social da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. **Transações ocorridas em 2020:** Em 2020, o saldo de investimentos é representado pela participação no capital social da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A., sociedade anônima de capital fechado, reconhecida inicialmente pelo seu valor de custo e avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Em 31/12/2020 a empresa detém 17.632.453.743 ações da Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A., equivalente a 96,04% do capital social da investida. **5) Dividendos a pagar:** O dividendo mínimo obrigatório do exercício foi calculado como se segue:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	126.289	(11.419)
Deduções, conforme Art. 189 Lei 6.404/76:		
Prejuízos acumulados	(29.009)	(17.594)
Ajustes de exercícios anteriores	9	4
Lucros capitalizados AGE 06/10/2021	(84.207)	–
Reserva legal	(654)	–
Base de cálculo	**12.428**	**(29.009)**
Percentual do dividendo	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	**3.107**	**–**

6) Partes relacionadas: O quadro abaixo apresenta os saldos das obrigações com partes relacionadas:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Diretores e Acionistas	126.363	64.893
	126.363	**64.893**

7) Obrigações para aquisição de investimentos: Representadas pelos contratos de aquisições de ações de emissão de Monteiro Aranha S.A., firmados em 2016 com partes relacionadas e cedidos em 2017 para instituições financeiras, com vencimento final em 2022. O quadro abaixo apresenta os saldos dessas obrigações:

	2021 OM (BBM)	2021 Banco Modal	2021 TOTAL	2020 OM (BBM)	2020 Banco Modal	2020 TOTAL
Saldo Inicial	2.894	6.654	**9.548**	4.225	7.813	**12.038**
Juros incorridos	101	292	**393**	110	215	**325**
Amortizações	(1.484)	(2.870)	**(4.354)**	(1.441)	(1.374)	**(2.815)**
Saldo Final	**1.511**	**4.076**	**5.587**	**2.894**	**6.654**	**9.548**

8) Capital Social: O capital subscrito e integralizado em 31/12/2021 está representado por 115.518 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 2021, a Companhia realizou aumento de seu capital no montante de R$ 84.207 mil (oitenta e quatro milhões duzentos e sete mil reais), mediante capitalização dos lucros acumulados constantes nas demonstrações financeiras de 30/06/2021, sem emissão de novas ações. Em 2021, a Companhia realizou aumento de seu capital no montante de R$ 56.730 mil (cinquenta e seis milhões setecentos e trinta mil reais), mediante capitalização dos créditos detidos pelos acionistas da Companhia, com subscrição privada de 41.939 novas ações ordinárias e sem valor nominal. Em 2021, foi realizada a redução de capital da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, no valor de R$ 126.881 mil (cento e vinte e seis milhões, oitocentos e oitenta e um mil reais), sem o cancelamento de ações, mediante transferência de parte das participações detidas pela Companhia no capital social de Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 está representado por 73.579 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. **9) Resultado do exercício:** A empresa apresentou lucro de R$ 126.289 mil (cento e vinte e seis milhões duzentos e oitenta e nove mil reais) no exercício de 2021.

Sergio Alberto Monteiro de Carvalho - Diretor. **Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho** - Diretora. **Joaquim Pedro Monteiro de Carvalho Collor de Mello** - Diretor. **Joaquim Alvaro Monteiro de Carvalho** - Diretor.
Joyce Pereira da Silva - Contadora - CRC: RJ-129581/O-9 - CPF: 165.551.977-81.

Sueca Alleima quer ampliar negócios em óleo e gás no Brasil

Empresa foi destaque da Rio Oil & Gas, encerrada nesta sexta-feira

Com unidade de produção em Itatiaia, no Rio de Janeiro, a Alleima, de origem sueca, é uma das maiores fornecedoras de tecnologia de materiais para o setor de petróleo e gás, tendo em sua carteira de negócios linhas de controle para a Petrobras. De sua fábrica no Brasil, a Alleima, além de atender ao mercado interno, exporta produtos para diferentes países, entre eles Estados Unidos, Noruega, Nigéria, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Índia e Malásia. A empresa vem ampliando a sua capacidade no Brasil, mercado cada vez mais importante para a fornecedora de tecnologia.

A empresa participou da 20ª edição da feira Rio Oil & Gas, o maior evento de óleo e gás da América Latina, realizado no Rio de Janeiro e que terminou nesta sexta-feira. E é a primeira vez que a Alleima se apresenta como empresa independente do Grupo Sandvik e listada na Nasdaq Stockholm stock Exchange (Bolsa de Valores de Estocolmo) desde 31 de agosto de 2022. A chegada ao mercado de capitais fortalecerá ainda mais sua posição como fabricante líder mundial de aços inoxidáveis avançados, ligas especiais e sistemas de aquecimento. Nesse processo, o Brasil é considerado mercado cada vez mais importante para a empresa, que vem ampliando do sua capacidade de produção no país.

"Como empresa independente, a Alleima terá os pré-requisitos certos para alcançar todo o seu potencial e as melhores condições possíveis de crescimento e criação de valor. Continuaremos oferecendo os mesmos produtos e serviços avançados e de alta qualidade com a mesma experiência e soluções com as quais nossos clientes estão acostumados", afirma Göran Björkman, CEO e Presidente da Alleima.

A Alleima está no Brasil desde 1962, com sede em São Paulo. Na época, era a divisão do grupo Sandvik para materiais - a Sandvik Materials Technology (SMT) - hoje funcionando como empresa independente. Os materiais fabricados pela empresa no país são utilizados principalmente nos segmentos industrial, químico e petroquímico, de petróleo e gás, geração de energia e transporte, além de soluções para o crescente setor de energia renovável. "Como diferencial, os produtos da Alleima são capazes de manter a integridade de materiais, apesar da corrosão química, que representa um desafio constante na atividade de óleo e gás", afirma o CEO.

No mundo

Com sede em Sandviken, Suécia, mais de 5,5 mil funcionários e clientes em cerca de 90 países, a empresa possui uma cadeia de valor integrada que abrange de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) até o produto finalizado.

A empresa é uma fabricante global de produtos de alto valor agregado em aços inoxidáveis avançados, ligas especiais e soluções para aquecimento industrial. Seu portfólio compreende mais de 900 tipos de ligas metálicas e inclui produtos como tubos de aço sem costura para o setor de energia, tiras de aço de precisão para compressores da linha branca e aplicações para facas. Também inclui fios ultrafinos para dispositivos médicos e microeletrônicos, tecnologia de aquecimento elétrico e tecnologia de células de combustível para automóveis de passeio e caminhões e para a produção de hidrogênio.

Precatórios e prefeitura de SP elevam déficit primário do Governo Central

O pagamento de precatórios e um acordo fechado com a Prefeitura de São Paulo fizeram as contas públicas registrarem, em agosto, o segundo maior déficit primário da série histórica. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – registrou déficit primário de R$ 49,97 bilhões, divulgou nesta quinta-feira o Tesouro Nacional.

Esse é o segundo maior déficit para o mês desde o início da série histórica, só perdendo para agosto de 2020, no auge da pandemia de Covid-19. O resultado veio pior que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 14,6 bilhões em agosto.

Essa foi a primeira vez em que o Governo Central registrou déficit primário após resultados positivos em junho e julho. Com o resultado de agosto, o Governo Central fechou os oito primeiros meses do ano com resultado positivo de R$ 22,15 bilhões. Esse também é o melhor resultado para o período desde o início da série histórica.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. Apesar do déficit de agosto, a equipe econômica estima que o Governo Central fechará o ano com superávit primário de R$ 13,54 bilhões, o primeiro resultado positivo anual desde 2013.

A previsão de superávit ocorre mesmo com a emenda constitucional que aumentará gastos sociais em R$ 41,25 bilhões no segundo semestre e com as desonerações de R$ 71,56 bilhões que entraram em vigor em 2022. A estimativa foi divulgada na semana passada, no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas.

O déficit de agosto ocorreu porque as despesas foram pressionadas por dois fatores atípicos. O primeiro foi o pagamento de R$ 23,9 bilhões referentes ao acordo que extinguiu a dívida de cerca de R$ 24 bilhões da Prefeitura de São Paulo com a União em troca da extinção da ação judicial que questiona o controle do aeroporto de Campo de Marte, na capital paulista.

Vale cumpre meta, elimina mais três barragens a montante em 2022

A Vale concluiu, neste mês, as obras de eliminação de mais três estruturas construídas pelo método a montante, o Dique Auxiliar da Barragem 5, na Mina Águas Claras, em Nova Lima (MG), o Dique 3 do Sistema Pontal, na Mina Cauê e a barragem Ipoema, na Mina do Meio, ambos em Itabira (MG). Com isso, a empresa cumpre a meta de descaracterizar cinco estruturas em 2022, chegando a 12 barragens eliminadas desde 2019, que representam 40% das 30 estruturas previstas no seu Programa de Descaracterização.

A eliminação das barragens a montante da empresa no Brasil é parte de uma profunda transformação na gestão de estruturas de disposição de rejeitos da companhia e uma das principais ações da Vale para evitar que rompimentos como o de Brumadinho voltem a acontecer. As obras são complexas, com soluções customizadas para cada estrutura e estão sendo realizadas de forma cautelosa, tendo como prioridade, sempre, a segurança das pessoas, a redução dos riscos e cuidados com o meio ambiente.

As atividades de engenharia e obras já estão em andamento em todas as estruturas da do Programa de Descaracterização de barragens construídas pelo método a montante. Das 12 estruturas deste tipo já eliminadas, nove ficavam Minas Gerais (barragem 8B, Dique Rio do Peixe, barragem Fernandinho, Diques 3, 4 e 5 da barragem Pontal, Dique Auxiliar da barragem 5 e as barragens Ipoema e Baixo João Pereira) e três no Estado do Pará (Diques 2 e 3 Kalunga e barragem Pondes de Rejeitos).

Todas as barragens a montante da companhia são objeto de avaliação por equipe técnica independente e integram Termo de Compromisso assinado com os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e Estado de Minas Gerais. O cronograma das obras e mais informações sobre o programa estão disponíveis em www.vale.com/esg. Cumpre reforçar que a empresa seguirá agora com todo processo para avaliação e formalização da descaracterização pelos órgãos competentes.

REPSOL SINOPEC BRASIL S.A.

CNPJ nº 02.270.689/0001-08 NIRE nº 3330016653-0

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/09/2022: Data, Local e Horário: Ao 12/09/2022, às 10:00h, na sede social da Companhia localizada na Praia de Botafogo, n° 300, salas 501 e 701, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Mesa**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Sra. Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. **Presença**: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(1)** O pedido de renúncia do Sr. **Mariano Carlos Ferrari** para o cargo de Diretor Presidente; **(2)** A nomeação do Sr. **Alejandro José Ponce Bueno** para o cargo de Diretor-Presidente da Companhia, que estava sujeita à obtenção da correspondente autorização de residência e trabalho no país, conforme indicação feita na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/06/2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o n° 00004981280, em sessão de 04/07/2022; e **(3)** A consolidação da Diretoria. **Deliberações**: Os Conselheiros aprovaram por unanimidade e sem ressalvas: **(1)** Aceitar e homologar o pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Mariano Carlos Ferrari** para o cargo de Diretor Presidente, conforme carta de renúncia datada de hoje, agradecendo os trabalhos realizados durante a sua gestão; **(2)** Confirmar, em razão da obtenção da correspondente autorização de residência e trabalho no país, a nomeação do Sr. **Alejandro José Ponce Bueno**, espanhol, casado, administrador, portador da carteira de identidade para estrangeiros RNM F6620899, inscrito no CPF sob o n° 718.095.661-93, com domicílio comercial na Praia de Botafogo, nº 300 / 7º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia. O Sr. **Alejandro José Ponce Bueno** toma posse neste ato, apresentando a Declaração de Desimpedimento para os fins do art. 147, §§ 1º e 2º da Lei n° 6.404/76, e permanecerá em seu cargo até 24/05/2025; e **(3)** Em razão da deliberação acima os Conselheiros resolveram, ainda, consolidar a Diretoria da Companhia, composta pelos seguintes membros, todos com domicílio comercial na Praia de Botafogo, nº 300 / 7º andar, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil, cujos mandatos se encerrarão em 24/05/2025: **(a)** Sr. **Alejandro José Ponce Bueno**, espanhol, casado, administrador, portador da carteira de identidade para estrangeiros RNM F6620899, inscrito no CPF sob o n° 718.095.661-93 – **Diretor Presidente**; **(b)** Sra. **Hong Ma**, chinesa, casada, portadora da carteira de identidade para estrangeiros RNM F3650181, inscrita no CPF sob o nº 066.166.307-81 – **Diretora Financeira**; **(c)** Sra. **Lorena Dominguez Espido**, espanhola, solteira, geóloga, portadora da carteira de identidade para estrangeiros RNE G4142654, inscrita no CPF sob o nº 064.704.907-43 – **Diretora de Operações**; e **(d)** Sra. **Gilberta Maria Lucchesi**, brasileira, divorciada, advogada, portadora da carteira de identidade nº 98.758 da OAB/RJ, inscrita no CPF sob o nº 031.322.767-58 – **Vice-Diretora Financeira**, todos com domicílio comercial na Praia de Botafogo, nº 300 / 7º andar, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, Brasil. O cargo de Vice-Diretor de Operações permanecerá temporariamente vago. **Encerramento**: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Sr. Alejandro José Ponce Bueno – Presidente e Carolina Assano Massocato Escobar – Secretária. Francisco José Gea Pascual del Riquelme, Zhao Xuan, José Carlos de Vicente Bravo, Miguel Ernesto Klingenberg Calvo, Wu Chengliang, Leonardo Moreira de Paiva Junqueira, Liu Renjing, David de Cáceres Nuñez, Lianhua Zhang e Alejandro José Ponce Bueno. Certifico e atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Rio de Janeiro, 12/09/2022. **Carolina Assano Massocato Escobar -** Secretária. Jucerja nº 5101646 em 21/09/2022.

REIT SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 13.349.677/0001-81 - NIRE 33300303677

Edital de 2ª Convocação de Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 11ª Série, da 2ª Emissão, da Reit Securitizadora S.A. ("Securitizadora"). A **Reit,** nos termos das cláusulas 10.2 e 10.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários de sua 11ª Série, de sua 2ª Emissão (TS,"CRI" e "Emissão" respectivamente), firmado junto à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"), vem, pelo presente, convocar os titulares de CRI, para a **Assembleia Geral de Titulares do CRI** ("AGT") a ser realizada, em 2ª convocação no dia **10/10/22, às 15h, de forma exclusivamente digital, através da plataforma eletrônica Microsoft Teams**, sendo o acesso disponibilizado individualmente aos titulares devidamente habilitados nos termos deste Edital, conforme autorizado pela Resolução CVM nº 60 de 23/12/2021 ("RCVM 60"). Assim, é realizada a 1ª convocação da referida AGT, restando fixadas as seguintes **Ordens do Dia:** (i) Aprovação ou não da Proposta de Conciliação Amigável, enviada por meio da Contranotificação encaminhada em 22/07/22, pelas Cedentes, ao Agente Fiduciário e à Reit; (ii) Aprovação, ou não, de contratação de assessor legal para defesa dos interesses dos titulares do CRI para perseguição e possível execução do valor da dívida decorrente da Emissão, conforme cotações a serem apresentadas na AGT, em virtude do término do prazo da Recompra Compulsória dos Créditos Imobiliários, deliberado na reabertura da AGT de 13/07/22; (iii) Aprovação, ou não, da alteração na redação das cláusulas 10.3 e 10.4 do TS, para que as futuras convocações de AGT passem a ser realizadas também nos termos do art. 26 da RCVM 60; (iv) Aprovação, ou não da alteração da redação das cláusulas 10.11 e 10.12 do TS para autorizar que as matérias ali discriminadas passarão a ser aprovadas, em 2ª convocação ou suas reaberturas, por Titulares de CRI que representem a maioria dos presentes; (v) Aprovar, ou não, que a Reit, em conjunto com o Agente Fiduciário, adote todas as providências necessárias para efetivar as deliberações, inclusive, a formalização de aditamentos aos documentos da Emissão; e (vi) Tomar ciência e definir as medidas a serem tomadas quanto aos documentos da operação pendentes de celebração em decorrência das repactuações deliberadas nas AGTs de 26/04/20 e 07/10/21, conforme lista a ser apresentada pelo Agente Fiduciário. **As deliberações constantes nos itens (i), (iii) e (iv) da Ordem do Dia, para serem aprovadas, deverão obter votos de titulares que representem 2/3 dos CRI em circulação, nos termos das cláusulas 10.11 e 10.14 do TS e a dos itens (ii), (v) e (vi), os votos de titulares que representem, pelo menos, 50% mais um dos CRI em circulação, conforme previsto na cláusula 10.10 do TS.** Na forma da RCVM 60, a AGT será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, cujo acesso será disponibilizado àqueles que enviarem por correio eletrônico - ri@reit.com.br e contencioso@pentagonotrustee.com.br - os documentos que comprovem os poderes de representação dos titulares do CRI ou os documentos que comprovem sua condição de titulares dos CRI, até o horário da AGT. Serão aceitos como documentos de representação: a) **participante pessoa física** – cópia digitalizada de documento de identidade dos Titulares ou, caso representado por **procurador**, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular; e b) **demais participantes** – cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do titular. Os termos que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão o significado que lhes é atribuído nos documentos da Emissão. RJ, 30/09/22. **Reit Securitizadora S.A.**

Pix recebe críticas por instabilidade, mas BC nega problemas

Correntistas de todo o país relataram nesta quinta-feira (29), nas redes sociais, instabilidades no Pix, sistema de pagamentos instantâneos elaborado pelo Banco Central (BC). De acordo com o site Downdetector, que monitora reclamações sobre serviços em tempo real, o pico das ocorrências ocorreu entre as 10h e as 13h30.

Ao longo da tarde, o volume de reclamações continuou acima da média diária, mas em ritmo bem menor que o observado no fim da manhã. O problema foi relatado em instituições como Nubank, Itaú Unibanco, Bradesco, PicPay, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Apesar dos relatos, o Banco Central, responsável pela implementação e pela gestão do Pix, negou qualquer problema. Por meio da assessoria de imprensa, o órgão informou que os sistemas estão funcionando normalmente ao longo de todo o dia. As próprias instituições financeiras confirmaram problemas no sistema Pix. Por meio de nota, o Nubank informou que "lamenta o ocorrido e informa que as operações estão sendo normalizadas".

Segundo Agência Brasil, o Bradesco informou que o aplicativo apresentou momentos de "intermitência pontuais" durante a manhã, mas informou que o serviço foi regularizado. O Itaú Unibanco admitiu ter identificado uma instabilidade no serviço de transferências, mas informou ter resolvido a situação.

Petrobras reduz novamente preços de venda de asfaltos

É o terceiro corte em um mês

A Petrobras segue com sua política de redução dos preços dos produtos que comercializa. Analistas vem afirmando que isso terá curta duração e que após as eleições os preços devem ser recalculados novamente. A petroleira planeja para o próximo dia 1º de outubro mais um corte nos preços de asfaltos com uma redução de 10,5% nos valores de venda para os distribuidores. Esta é a terceira redução seguida nos preços de asfaltos, que já haviam tido queda de 6,4% em 1º de setembro e de 4,5% em agosto, acompanhando a evolução do mercado.

"Importante ressaltar que o mercado brasileiro é aberto à livre concorrência e não existem restrições legais, regulatórias ou logísticas para que outras empresas atuem como produtores ou importadores de asfalto. Desse modo, o método de precificação busca o equilíbrio com o mercado e acompanha as variações do valor do produto e da taxa de câmbio, para cima e para baixo, mas sem repassar a volatilidade diária das cotações internacionais e do câmbio", explicou a petroleira em nota.

Neste sábado (1), a Petrobras ajustará também os preços de Querosene de Aviação (QAV) e da Gasolina de Aviação (GAV), com uma redução de 0,84% nos valores de venda de QAV para as distribuidoras e redução de 5,9 % nos valores de venda da GAV para as distribuidoras.

Os ajustes de preços de QAV e GAV são mensais e definidos por meio de fórmula contratual negociada com as distribuidoras.

Venda de refinaria

Para conhecer os preços de venda da Petrobras para as distribuidoras, convidamos a visitar: precos.petrobras.com.br. Conforme regulação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), os novos preços estarão disponíveis no site a partir de 1º de outubro, data de início de vigência.

Em maio deste ano, o consórcio Grepar Participações Ltda - formado pela Betunel, pela Grecor Investimentos em Participações Societárias Ltda., e pela Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda - celebrou contrato de compra e venda (por US$ 34 milhões) da Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), refinaria da Petrobras sediada em Fortaleza, com capacidade de processar 10,4 mil barris do dia, sendo a única refinaria brasileira a produzir lubrificantes naftênicos e respondendo por cerca de 13% da produção de asfalto do país. A Lubnor foi o quarto ativo da Petrobras a ser colocado à venda pela companhia.

Taxa de câmbio de RMB deve se manter estável

Há uma base sólida para que a taxa de câmbio do renminbi (RMB), a moeda chinesa, permaneça estável, de acordo com uma teleconferência realizada sobre a estrutura auto-reguladora do mercado de câmbio da China.

Pedindo esforços para conter flutuações drásticas nas taxas de câmbio, a conferência mostrou que, desde o início deste ano, o índice de taxa de câmbio de RMB publicado pelo Sistema do Comércio de Divisas da China manteve-se basicamente estável em comparação aos níveis do final de 2021.

O RMB se depreciou em relação ao dólar norte-americano este ano, mas a escala de depreciação foi apenas metade da valorização do dólar no mesmo período. Como uma das poucas "moedas fortes" atualmente, o RMB se valorizou em relação ao euro, à libra esterlina e ao iene japonês, de acordo com a conferência. Em contraste com muitas economias que enfrentam riscos de estagflação, a economia chinesa sustentou sua dinâmica de recuperação, com os preços se mantendo basicamente estáveis, e espera-se que o superávit comercial permaneça elevado. Com a entrada em vigor das políticas macroeconômicas, os fundamentos econômicos da China se tornarão mais sólidos.

A conferência enfatizou que o atual mecanismo de formação da taxa de câmbio de RMB é adequado para as próprias condições do país e é capaz de maximizar as funções tanto do mercado quanto do governo. O banco central, tendo resistido a uma infinidade de choques externos na história, tem uma rica experiência em ancorar as expectativas do mercado, segundo a conferência.

O mercado de divisas do país está extensivamente operando de forma ordenada, mas ainda há uma pequena quantidade de empresas especulando sobre o mercado e instituições financeiras, violando regras. A orientação é necessária para corrigir esses erros, observou a conferência.

Segundo a agência Xinhua, ao mesmo tempo em que atua para salvaguardar a autoridade da taxa de paridade central do RMB, os bancos devem realizar negociações proprietárias baseadas no princípio da neutralidade de riscos e fornecer liquidez autêntica para o mercado. De acordo com a conferência, os departamentos membros da estrutura devem intensificar os serviços às empresas para evitar riscos e endurece.

Fitch:'AA-(bra)' à proposta emissão de debêntures da VIX

A Fitch Ratings atribuiu, nesta quinta-feira, Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' à proposta de sexta emissão de debêntures da VIX Logística S.A. (VIX), que totalizará até R$250 milhões. As debêntures são da espécie quirografária, com vencimento final em 2028. Os recursos serão utilizados para propósitos corporativos gerais. A Fitch classifica a VIX com Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)', Perspectiva Estável.

A VIX é um operador logístico que atua em âmbito nacional nos segmentos de serviços dedicados, no transporte fretado de passageiros, na logística automotiva e em Gestão Total de Frotas (GTF). A companhia é controlada pela Águia Branca Participações S.A., que detém 89,36% de seu capital social. O restante pertence ao International Finance Corporation (IFC).

Segundo a Fitch, a classificação reflete a expectativa de contínuo fortalecimento da escala e do perfil de negócios da VIX, além do alongamento do cronograma de amortização de sua dívida e a premissa de manutenção de uma robusta posição de liquidez. A Fitch considera que a VIX conciliará consistente crescimento e consequentes fluxos de caixa livre (FCFs) negativos com uma alavancagem financeira líquida inferior a 3,5 vezes no horizonte de rating.

O cenário-base do rating considera EBITDA de R$650 milhões em 2022 e R$750 milhões em 2023, ante R$540 milhões em 2021. A margem de EBITDA deve ficar de 23% a 26% até 2024, acima da média de 22% de 2018 a 2021. A Fitch projeta FCFs negativos no horizonte do rating, com R$479 milhões em 2022 e R$94 milhões no ano seguinte, em razão dos elevados investimentos, de R$1,1 bilhão e R$880 milhões, no biênio, respectivamente. O fato de grande parte dos investimentos neste setor ser precedida de contratos com clientes aumenta a previsibilidade do fluxo de caixa.

A Fitch considera que a VIX manterá adequado acesso a fontes de financiamento para suportar os esperados FCFs negativos e as rolagens de dívida, além de posição de caixa superior à dívida de curto prazo. Em 30 de junho de 2022, a dívida total ajustada consolidada, segundo os critérios da Fitch, alcançou R$2,5 bilhões, dos quais R$459 milhões venciam no curto prazo. Na mesma data, o caixa e as aplicações financeiras somavam R$572 milhões. A dívida era composta, principalmente, por financiamentos bancários (35%) e debêntures (58%). O Grupo Águia Branca avalizava em torno de 13% do endividamento da VIX e cerca de 1% apresentava garantia real.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

AUTO POSTO DO TRABALHO S/A – CNPJ: 03.139.910/0003-00, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/201.098/2015 (Processo digital: EIS-PRO-2022/08692), a renovação de sua Licença Municipal de Operação Nº 1921/2016, POSTO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GNV, COM SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO, localizado na Estrada dos Bandeirantes, 7.650 – Jacarepaguá –Rio de Janeiro / RJ - CEP: 22780-085.

ENEVA S.A.
CNPJ/ME: 04.423.567/0001-21
NIRE 33.3.0028402-8
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA SEGUNDA SÉRIE DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENEVA S.A.

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "Debenturistas") da Segunda Série da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Eneva S.A.** ("Emissão", "Debêntures" e "Companhia", respectivamente), emitidas nos termos da "*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Eneva S.A.*", celebrada em 14 de maio de 2019, entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditada em 27 de maio de 2019 e 29 de maio de 2019 ("Escritura de Emissão" e "Agente Fiduciário", respectivamente) para se reunirem no dia 20 de outubro de 2022, às 15:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma "Zoom" nos termos do art. 71, § 2º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA**: **(1)** Nos termos das Cláusulas 10.4.1 e 10.4.5. da Escritura de Emissão, pedido da Companhia, aos Debenturistas, para: (a) consentimento prévio para ajuste na definição de EBITDA (conforme definido na Cláusula 7.2.1 da Escritura de Emissão) para fins de apuração do Índice Financeiro (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão), nos termos descritos na proposta da Administração, disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br) ("Proposta da Administração"); (b) consentimento prévio para perdão temporário (*waiver*) para a não caracterização de Evento de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.2 item (xii) da Escritura de Emissão) em caso de descumprimento do Índice Financeiro para os períodos de 30 de setembro de 2022 até 30 de junho de 2024, desde que o Índice Financeiro apurado nos referidos períodos não ultrapasse os valores máximos descritos na Proposta da Administração; e (c) consentimento prévio para realização de qualquer uma das seguintes operações, e independentemente de quais sejam as contrapartes da Companhia na referida operação: (1) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente Ativos de Carvão; (2) cisão da Companhia, em que a parcela cindida contenha exclusivamente participações societárias em sociedades controladas da Emissora cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja relacionada a Ativos de Carvão; (3) fusão, incorporação ou incorporação de ações, por qualquer sociedade terceira que não seja parte do grupo econômico da Companhia, de controladas da Companhia cuja principal atividade (direta ou indireta, por meio de outros veículos) seja exclusivamente relacionada a Ativos de Carvão (em conjunto, "Reorganizações Societárias Permitidas - Carvão"); ou (4) redução do capital social da Companhia, realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão, de forma que fiquem desde já expressamente aprovadas a realização de qualquer Reorganização Societária Permitida – Carvão ou redução de capital realizada exclusivamente em decorrência de uma Reorganização Societária Permitida – Carvão; e **(2)** autorização para o Agente Fiduciário praticar, em conjunto com a Companhia, todos os demais atos eventualmente necessários de forma a refletir as deliberações tomadas de acordo com o item (1) acima. Em contrapartida pelos consentimentos prévios solicitados nos termos deste edital, poderá ser deliberado na AGD o pagamento de contraprestação econômica aos Debenturistas, nos prazos, montantes e formas a serem definidos de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas na AGD (incluindo, contraprestações econômicas por meio do pagamento de *waiver fee e/ou* incidência e cobrança de prêmio extraordinário e/ou aumento temporário ou permanente dos Juros Remuneratórios e/ou outras formas que venham a ser deliberados na AGD). Informações Gerais: Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da plataforma "Zoom" deverão solicitar o cadastro para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos assembleia.segundaemissao@eneva.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. A participação e voto na AGD serão feitos por meio da plataforma "Zoom", não havendo a possibilidade de participação por meio do envio de instrução de voto. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), para participar da AGD deverão encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, que deverão incluir poderes para aprovar os termos finais a serem deliberados na AGD. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 24 horas antes da AGD, as instruções para acesso à plataforma "Zoom". Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail assembleia.segundaemissao@eneva.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. A administração da Companhia reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma "Zoom" estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o cadastro prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos em **até 60 (sessenta) minutos** antes do início da AGD, conforme art. 72, § 2º, da Resolução CVM 81. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/), da Companhia (https://ri.eneva.com.br/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2022.
Marcelo Habibe - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eleição presidencial: entrevista com Padre Kelmon, PTB

Por Jorge Priori

Conversamos com Kelmon Luís, mais conhecido como Padre Kelmon, candidato à presidência da República pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Nascido em Salvador, Bahia, Padre Kelmon, 45 anos, ingressou com 20 anos no seminário Mater Ecclesiae dos Legionários de Cristo, em São Paulo, seguindo sua formação nos seminários Santana e Santa Catarina de Alexandria, sendo o primeiro romano e o segundo ortodoxo. Kelmon fez parte da Igreja Apostólica Ortodoxa da América, onde foi ordenado padre em 2015, e hoje faz parte da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa do Peru, que atua em 16 países, entre eles o Brasil. Em 2020, Padre Kelmon ingressou no PTB.

Quais são as principais propostas da sua candidatura?

Deus, pátria, família e liberdade. Nossa candidatura quer proteger a vida, o direito à fé, o estado mínimo e a liberdade econômica.

Como o senhor avalia o atual estado da economia brasileira?

A economia brasileira melhora à medida que se torna mais livre. Não por acaso, no ranking de liberdade econômica do Heritage Institute, ocupam as melhores posições as potências produtivas e que oferecem ótima qualidade de vida aos seus cidadãos.

O que o Brasil precisa fazer para voltar a investir de forma contundente, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, e crescer de forma satisfatória?

O Brasil precisa tirar o "custo Brasil" da conta. Precisa abrir sua economia. O estado deve focar no que entende e deixar a iniciativa privada produzir e gerar riqueza. Isso não é novidade. Em todo lugar do mundo onde a coisa funciona, é assim.

Como o senhor pretende formar a sua base no Congresso?

Base se forma conforme fica clara a vontade do povo. O governo Bolsonaro começou a mostrar isso para o Brasil.

Como o senhor pretende blindar as estatais e os fundos de pensão contra a corrupção?

Quando o governo foca no que sabe fazer, que é fiscalizar e oferecer segurança, saúde e educação de qualidade, passa a fazer isso melhor e de forma mais eficiente. A corrupção como existiu no Brasil do PT, não resistiu a uma primeira onda de justiça e não irá resistir a um governo eficiente.

O senhor pretende privatizar estatais?

Sim. O governo não deve administrar o que não sabe. Isso só gera cabide de emprego para os amigos dos poderosos. Privatizar é a verdadeira democratização da renda, mas, claro, precisam ser privatizações justas.

O futuro do Brasil está dentro ou fora do Mercosul?

Com o mundo globalizado não existe mais dentro ou fora do Mercosul. Existe dentro ou fora das oportunidades que se apresentem pelo mundo.

O Brasil é um país obcecado pelo curto prazo, relegando visões estratégicas ao décimo plano. Como mudar esse quadro?

O Brasil é o país do medo, que existe porque meia dúzia controla o destino de milhões. Abertura e liberdade econômica atraem competição, que atrai descentralização de poder e troca de mãos. Quando você precisa produzir qualidade para competir, a cultura do planejamento é um caminho óbvio. O socialismo velado pós anos 80 corroeu a confiança do Brasil. Não vai ser rápido nem fácil, mas a direita vai recuperar o tempo perdido.

Uma outra distorção no Brasil é uma União rica e os municípios com pires na mão. Quem tem o poder de resolver o problema do seu bairro está a quilômetros de distância e não conhece a sua realidade. Precisamos inverter com urgência esse racional. Temos um plano de longo prazo para isso.

No Brasil, existe o problema da federalização de problemas. Entra governo e sai governo, responsabiliza-se o governo federal pela educação no país, mas a educação de base está sob responsabilidade dos governos estaduais e municipais. O que o governo federal pode fazer para melhorar a educação de base no país?

Primeiro precisamos falar em educação de base. Depois, nossa universidade pública precisa mudar seu atual modelo perverso. Ali, os filhos dos ricos, que estudam nas melhores escolas privadas, vão para cursar universidade sem pagar nada, enquanto o pobre paga por universidades privadas de baixo nível. Isso não está certo. Precisamos transformar a educação pública de base para só então pensarmos em verba para a universidade pública. Estou resumindo, mas a base racional é essa.

O senhor é a favor de que ministros do STF tenham um mandato com data de início e data de fim para o exercício da atividade?

Sim. Instituição democrática precisa cuidar da democracia e evitar modelos que a atrapalhem.

Na sua opinião, por que o senado evita se posicionar sobre a atuação de alguns ministros do STF?

Medo. No Brasil de hoje, se prende primeiro e se pergunta depois. Mesmo uma prisão temporária é algo traumático e ninguém quer experimentá-la. Fora a fábrica de destruição de reputações que se tornou nossa extrema imprensa.

Como o senhor vê o atual quadro de polarização existente no país?

A polarização é resultado de anos de trabalho ideológico da esquerda para dividir nosso povo. Desde o homossexual até o negro, do rico até o pobre, passando pelo nordestino e pelas mulheres, todos agora, se forem ouvir a mídia, devem resolver mágoas na base da briga, acirrando diferenças entre irmãos da mesma pátria. Ora, ninguém nega que os problemas existem, só que a solução nunca deve ser a guerra.

Como o senhor tem visto os ataques de que o senhor não é padre?

Acho que é uma cortina de fumaça para tapar os assuntos que realmente interessam ao povo. A essa altura já reviraram minha vida e sabem muito bem que sou padre. A ideia deles é que fiquemos discutindo esse assunto até a campanha acabar. Não vou cair nessa.

Considerando a forma como a candidatura do ex-presidente Lula foi viabilizada, caso ele vença as eleições, o senhor acredita que ele contará com a legitimidade necessária para conduzir o país por quatro anos?

Não acredito que o povo brasileiro possa eleger Barrabás. Não merecemos isso.

O Brasil tem futuro ou está fadado a repetir os mesmos erros de sempre?

O Brasil tem futuro e já mostramos um início desse futuro. Nossa economia está respondendo enquanto o mundo afunda na crise. Vamos seguir nesse caminho.